



ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

JULHO /2018



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

JULHO/2018

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	09
ARRECADAÇÃO DO ICMS	12
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	26
ARRECADAÇÃO DO ISS	27
SÉRIES HISTÓRICAS	36

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de julho e ao período de janeiro a julho de 2018.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 14/08/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 06/08/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de julho e no período de janeiro a julho de 2018, em comparação aos mesmos períodos de 2017.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 20 de julho de 2018.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de julho de 2018, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.412,4 milhões em valores correntes. No confronto com julho de 2017, apontou-se acréscimo nominal de 16,5%, que correspondeu a uma alta real de 12,4%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de julho discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DADOS SIGGO em 14/08/2018

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	jul/18	jul/17	julho/2017	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em junho/18
	(a)	(b)	peço INPC/IBGE (c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	693.076	630.672	653.442	+62.404	+9,9%	+39.634	+6,1%	49,1%
ISS	160.214	137.752	142.726	+22.462	+16,3%	+17.488	+12,3%	11,3%
SIMPLES	37.250	31.000	32.119	+6.250	+20,2%	+5.131	+16,0%	2,6%
IRRF	251.811	197.992	205.140	+53.819	+27,2%	+46.671	+22,8%	17,8%
IPVA	43.561	37.200	38.543	+6.361	+17,1%	+5.018	+13,0%	3,1%
IPTU/TLP	98.595	86.665	89.794	+11.930	+13,8%	+8.801	+9,8%	7,0%
ITBI	41.420	28.366	29.390	+13.054	+46,0%	+12.030	+40,9%	2,9%
ITCD	13.843	8.855	9.175	+4.988	+56,3%	+4.668	+50,9%	1,0%
Outras Taxas	7.022	6.091	6.311	+931	+15,3%	+711	+11,3%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	1.346.791	1.164.593	1.206.639	+182.199	+15,6%	+140.152	+11,6%	95,4%
Dívida Ativa	44.296	24.926	25.826	+19.369	+77,7%	+18.469	+71,5%	3,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	7.713	11.830	12.257	-4.117	-34,8%	-4.544	-37,1%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	13.574	11.267	11.674	+2.306	+20,5%	+1.899	+16,3%	1,0%
Total das Outras Receitas (B)	65.582	48.024	49.758	+17.558	+36,6%	+15.824	+31,8%	4,6%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.412.374	1.212.616	1.256.397	+199.757	+16,5%	+155.976	+12,4%	100,0%

Fonte: SIGGO.

No resultado acumulado do período de janeiro a julho de 2018, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 9.491,7 milhões em valores correntes, o que representou acréscimo nominal de 6,9%, correspondente a um aumento real de 4,5% em relação ao mesmo período de 2018. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2018
DADOS SIGGO em 14/08/2018

VALORES EM R\$ MIL

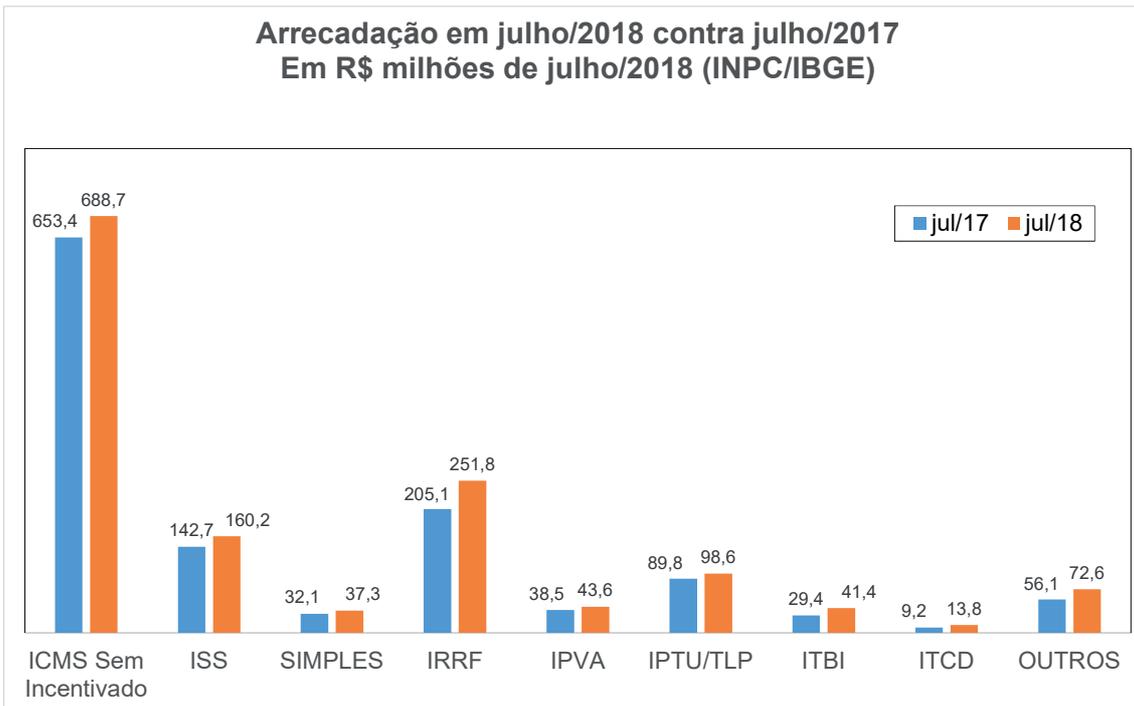
ITEM	2018 (a)	2017 (b)	2018 pelo INPC/IBGE (c)	2017 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	4.531.663	4.310.375	4.604.947	4.479.416	+221.288	+5,1%	+125.530	+2,8%	47,8%
ISS	907.536	910.532	921.709	946.308	-2.996	-0,3%	-24.599	-2,6%	9,6%
SIMPLES	226.326	208.099	230.006	216.276	+18.228	+8,8%	+13.730	+6,3%	2,4%
IRRF	1.702.415	1.530.701	1.729.883	1.590.197	+171.714	+11,2%	+139.686	+8,8%	17,9%
IPVA	899.630	839.209	918.344	872.910	+60.421	+7,2%	+45.434	+5,2%	9,5%
IPTU/TLP	562.152	496.473	565.184	515.185	+65.679	+13,2%	+49.999	+9,7%	5,9%
ITBI	229.936	187.676	233.398	194.978	+42.259	+22,5%	+38.420	+19,7%	2,4%
ITCD	64.455	59.494	65.419	61.799	+4.961	+8,3%	+3.620	+5,9%	0,7%
Outras Taxas	44.043	46.660	44.716	48.466	-2.617	-5,6%	-3.750	-7,7%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	9.168.155	8.589.219	9.313.607	8.925.536	+578.937	+6,7%	+388.071	+4,3%	96,6%
Dívida Ativa	206.433	172.397	209.537	179.079	+34.036	+19,7%	+30.458	+17,0%	2,2%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	54.676	58.715	55.581	60.979	-4.040	-6,9%	-5.398	-8,9%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	62.464	59.953	63.433	62.288	+2.511	+4,2%	+1.145	+1,8%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	323.573	291.065	328.551	302.346	+32.508	+11,2%	+26.205	+8,7%	3,4%
Total da Arrecadação (A) + (B)	9.491.728	8.880.283	9.642.157	9.227.881	+611.445	+6,9%	+414.276	+4,5%	100,0%

Fonte:SIGGO.

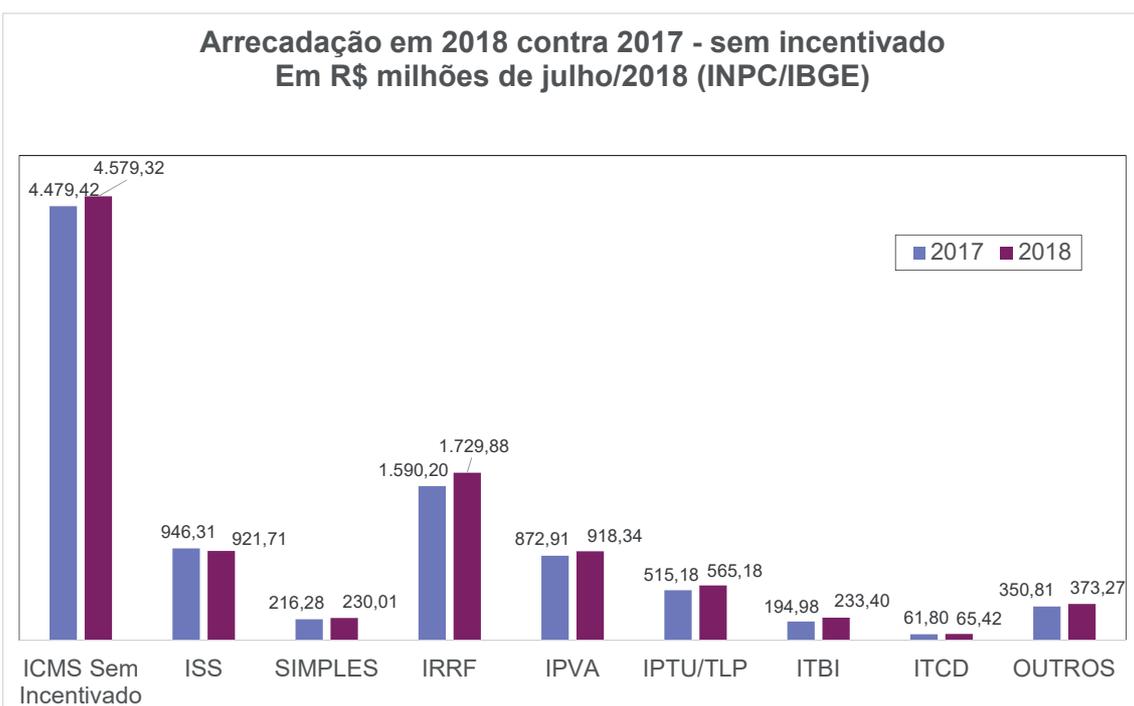
Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em julho de 2018 frente a julho de 2017, verificou-se que o ICMS, tributo com maior representatividade, cresceu 6,1% (R\$ 39,6 milhões). No mesmo sentido, apresentaram acréscimos o IRRF, o ISS e o ITBI na ordem de 22,8% (R\$ 46,7 milhões), 12,3% (R\$ 17,5 milhões) e 40,9% (R\$ 12,0 milhões), respectivamente.

Vale registrar que ocorreram acréscimos reais de arrecadação para todos os tributos, exceto Multas e Juros da Dívida Ativa, quando comparado o desempenho da arrecadação dos meses de julho de 2018 e julho de 2017.

O gráfico seguinte ilustra a comparação mensal, excluindo a modalidade ICMS PADES/Incentivado, uma vez que tal modalidade não representa ingresso efetivo de numerário.



Na comparação acumulada no período de janeiro a julho de 2018 com correspondente período de 2017, foram observados acréscimos reais significativos de **IRRF** (+R\$ 139,7 milhões), de **ICMS** (+R\$ 125,5 milhões), de **IPTU/TLP** (+R\$ 50,0 milhões), de **IPVA** (+ R\$ 45,4 milhões) e de **ITBI** (+R\$ 38,4 milhões). Por outro lado, foi registrada queda expressiva de **ISS** (- R\$ 24,6 milhões).



O Índice FipeZap, que monitora o comportamento do preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras, encerrou julho praticamente estável, com variação de -0,07% em relação a junho. O comportamento dos preços de imóveis residenciais em julho de 2018 não foi homogêneo entre as cidades monitoradas pelo Índice FipeZap.

Avaliadas individualmente, apenas 5 das 20 cidades monitoradas registraram aumento mensal de preço acima de 0,1%, na comparação com junho de 2018, sendo que as altas mais expressivas foram observadas em Distrito Federal (+0,40%), Goiânia (+0,40%) e Contagem (+0,38%). Por outro lado, entre as 8 cidades monitoradas que apresentaram queda nominal no preço inferior a -0,10% em julho, os recuos mais expressivos foram notados em: Niterói (-0,54%), Rio de Janeiro (-0,46%) e Curitiba (-0,44%).

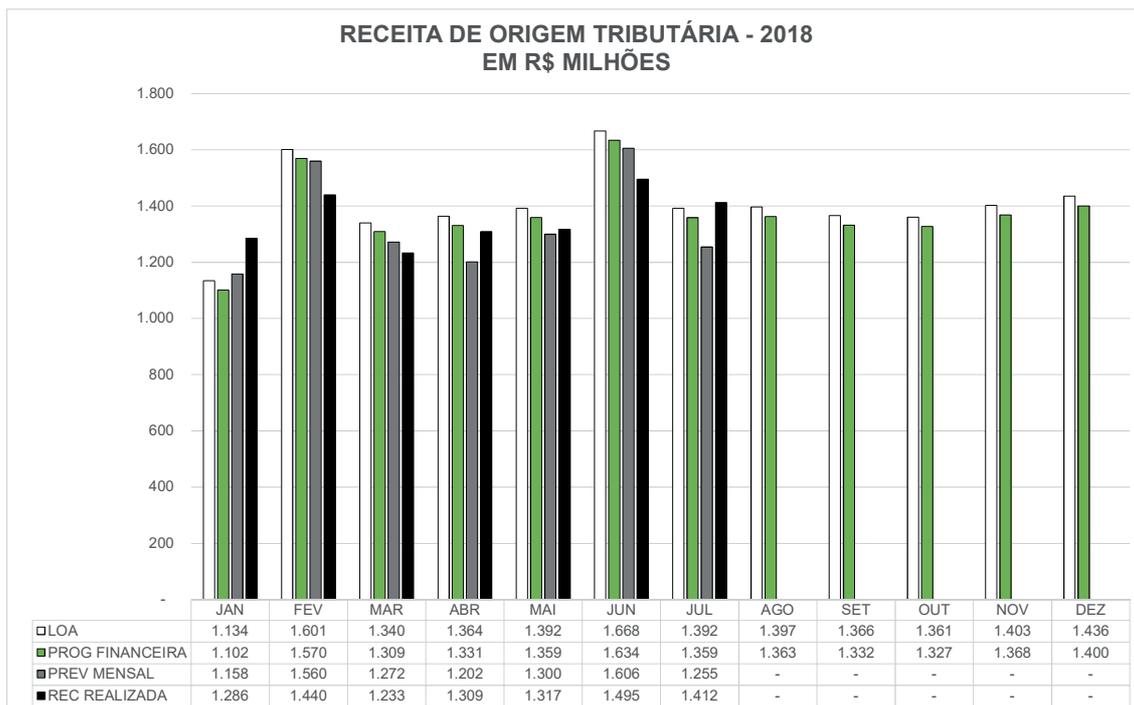
Na comparação com julho de 2017 (últimos 12 meses), o Índice FipeZap aponta recuo de 0,38% no preço médio de venda de imóveis residenciais. Nesse período, nove das 20 cidades pesquisadas apresentaram queda nominal no preço de venda, tendo sido verificada queda de 2,08% nos imóveis anunciados no Distrito Federal.

Em julho de 2018, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.534/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais elevado do país (R\$ 9.512/m²), seguida por São Paulo (R\$ 8.797/m²) e Distrito Federal (R\$ 7.785/m²). Já as cidades monitoradas com menor valor médio de venda residencial por m² foram Contagem (R\$ 3.512/m²), Goiânia (R\$ 4.151/m²) e Vila Velha (R\$ 4.704/m²).

O gráfico seguinte ilustra a comparação entre receita realizada e prevista mensalmente, para a LOA 2018 e para a programação financeira, no período de janeiro a julho de 2018.

A receita realizada em julho de 2018 ficou acima da considerada na previsão mensal em R\$ 157,8 milhões, o que corresponde a um desvio positivo de 12,6% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA para o mês de julho, ocorreu também desvio positivo de realização de receita, no montante de R\$ 20,1 milhões, conforme o quadro seguinte. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os principais desvios positivos observados foram para o IPVA, para a Dívida Ativa e para o ISS, correspondentes a R\$ 30,8 milhões, a R\$ 19,4 milhões e a R\$ 17,8 milhões, respectivamente.



No tocante à programação financeira, a receita realizada ficou acima da prevista em R\$ 53,8 milhões, sendo que os desvios positivos mais significativos ocorreram com o IPVA, de R\$ 30,8 milhões, com a Dívida Ativa, de R\$ 19,4 milhões, e com o ISS, de R\$ 17,8 milhões.

A tabela seguinte apresenta os valores realizados e previstos para o mês de julho de 2018 em cada item de receita de origem tributária.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JULHO 2018							
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)
ICMS	646.824	727.036	693.283	693.076	46.251	(33.960)	(207)
ISS	135.522	142.437	142.437	160.214	24.692	17.778	17.778
SIMPLES	34.115	34.849	34.849	37.250	3.136	2.402	2.402
IRRF	202.931	260.475	260.475	251.811	48.880	(8.663)	(8.663)
IPVA	37.739	12.779	12.779	43.561	5.821	30.781	30.781
IPTU/TLP	103.136	120.239	120.239	98.595	(4.541)	(21.644)	(21.644)
ITBI	34.862	35.104	35.104	41.420	6.558	6.316	6.316
ITCD	8.999	8.958	8.958	13.843	4.845	4.885	4.885
OUTRAS TAXAS	6.280	6.750	6.750	7.022	741	271	271
RECEITA TRIB TOTAL	1.210.409	1.348.627	1.314.874	1.346.791	136.383	(1.835)	31.918
DÍVIDA ATIVA	27.545	24.935	24.935	44.296	16.751	19.360	19.360
M/J DÍVIDA ATIVA	7.847	7.130	7.130	7.713	(134)	583	583
M/J TRIBUTOS	8.805	11.620	11.620	13.574	4.769	1.954	1.954
TOTAL OUTRAS REC	44.197	43.686	43.686	65.582	21.385	21.897	21.897
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.254.606	1.392.312	1.358.559	1.412.374	157.768	20.061	53.814

Conforme a tabela seguinte, no acumulado de janeiro a julho de 2018, houve desvio positivo de realização frente à previsão mensal, no montante de R\$ 138,9 milhões, explicado em larga medida pelos desvios positivos ocorridos com o IRRF de R\$ 143,4 milhões, com o IPVA de R\$ 37,7 milhões e com o IPTU/TLP de R\$ 20,3 milhões. Quanto aos desvios negativos, destacaram-se o ICMS, com R\$ 68,6 milhões, o ISS com R\$ 16,5 milhões e o SIMPLES com R\$ 9,9 milhões.

No que tange à LOA, a frustração de receita situou-se na ordem de R\$ 400,0 milhões. Ressalte-se que a maior frustração ocorreu no ICMS, com R\$ 391,9 milhões, explicada em grande parte pela redução das expectativas de crescimento do PIB da época dos trabalhos de previsão para a LOA 2018 de 2,48% contra 1,68% da mesma expectativa em 20/07/2018. O destaque positivo ocorreu com o IRRF, com desvio de R\$ 60,0 milhões.

Quanto à programação financeira, no período acima registrado, verificou-se um desvio negativo de realização no montante de R\$ 171,4 milhões, explicados principalmente pelo déficit de realização do ICMS de R\$ 163,3 milhões, do ISS de R\$ 60,5 milhões e do IPVA de R\$ 46,1 milhões.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A JULHO 2018							
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D-B)	(D - C)
ICMS	4.600.296	4.923.513	4.694.936	4.531.663	(68.633)	(391.850)	(163.273)
ISS	924.037	968.010	968.010	907.536	(16.501)	(60.474)	(60.474)
SIMPLES	236.195	244.079	244.079	226.326	(9.868)	(17.753)	(17.753)
IRRF	1.559.028	1.642.456	1.642.456	1.702.415	143.387	59.959	59.959
IPVA	861.947	945.775	945.775	899.630	37.683	(46.145)	(46.145)
IPTU/TLP	541.901	550.234	550.234	562.152	20.251	11.918	11.918
ITBI	225.014	225.332	225.332	229.936	4.922	4.604	4.604
ITCD	55.257	54.820	54.820	64.455	9.198	9.635	9.635
OUTRAS TAXAS	48.299	49.239	49.239	44.043	(4.257)	(5.196)	(5.196)
RECEITA TRIB TOTAL	9.051.975	9.603.457	9.374.880	9.168.155	116.180	(435.301)	(206.724)
DÍVIDA ATIVA	190.105	171.120	171.120	206.433	16.328	35.313	35.313
M/J DÍVIDA ATIVA	50.317	55.939	55.939	54.676	4.359	(1.263)	(1.263)
M/J TRIBUTOS	60.386	61.224	61.224	62.464	2.078	1.240	1.240
TOTAL OUTRAS REC	300.808	288.283	288.283	323.573	22.765	35.290	35.290
TOTAL DA ARRECAÇÃO	9.352.783	9.891.740	9.663.163	9.491.728	138.945	(400.012)	(171.435)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro a seguir resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicador	Unidade	Fonte	jun/17	mai/18	jun/18	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2018
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,24%	1,26%	0,33%	2,94%	4,48%	4,15%
IPCA - Brasília (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,28%	1,20%	0,58%	2,41%	4,68%	-----
SELIC (a.a)	variação % a.a.	BACEN	10,25%	6,50%	6,50%	-----	-----	6,50%
PIB Brasil (crescim. estimado/Boletim Focus)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN	0,34%	1,50%	1,49%	-----	-----	1,49%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	0,55%	-3,28%	3,29%	-----	-----	-----
Taxa de desemprego no DF	%	CODEPLAN	19,9%	19,5%	19,2%	-----	-----	-----
Índice FipeZap ampliado (20 cidades; 1)	variação %	Fipe	-0,15%	-0,06%	-0,07%	-0,23%	-0,38%	-----
Índice FipeZap DF (1)	variação %	Fipe	-0,47%	0,37%	0,40%	-0,81%	-2,08%	-----
Preço médio imóvel DF (1)	R\$/m²	Fipe	8.345	7.754	7.785	-----	-----	-----
Venda de combustíveis no DF (m³)	var % mês/mês ant	ANP	-0,93%	-8,23%	27,72%	-1,09%	-1,54%	-----
Produção Industrial Mensal - Brasil (PIM-PF; 3)	var % mês/mês ant	IBGE	0,8%	-11,0%	13,1%	2,3%	3,2%	-----
Receita nominal de vendas - com. varejista (BR)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	0,5%	-0,2%	0,6%	4,1%	3,4%	-----
Receita nominal de vendas - com. varejista (DF)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	1,9%	-1,5%	-0,3%	2,5%	-0,8%	-----
Consumo de energia elétrica no DF	var % mês/mês ant	EPE	1,76%	-5,15%	1,67%	-1,73%	-3,41%	-----
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês ant	Fenabrave	-0,31%	-7,11%	0,05%	14,45%	21,97%	-----
Veículos licenciados no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv/DF	9,79%	-8,15%	-13,00%	15,20%	12,90%	-----

Obs: 1. O IPCA do Brasil e de Brasília, os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas;

2. Projeções divulgadas no Boletim Focus de 10/8/18;

3. O índice refere-se à indústria geral.

PIB

De acordo com as projeções do Boletim Focus de 10 de agosto, divulgadas no dia 13, economistas de mais de 100 instituições financeiras consultados pelo Banco Central na semana passada reduziram levemente a previsão de crescimento do PIB para 2018, de 1,50% quatro semanas antes

para 1,49%, após mais indicadores de atividade pós-greve dos caminhoneiros divulgados na semana passada terem apontado uma retomada enfraquecida da economia. Para o ano que vem, a expectativa do mercado para expansão da economia foi mantida em 2,50% pela sexta semana.

Apenas para comparação, no Boletim Focus de 11 de agosto de 2017 (um ano atrás), a estimativa de variação do PIB era de + 1,49% em 2017 e de + 2,00% em 2018. Em 1º de março, o IBGE divulgou que o PIB cresceu 1% em 2017.

IBC-BR

O Banco Central divulgou em 15 de agosto que o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou uma queda de 0,99% na comparação com os três primeiros meses deste ano, número calculado com ajuste sazonal. Essa foi a maior queda do IBC-Br desde o primeiro trimestre de 2016, quando o indicador registrou um decréscimo de 1,51% na comparação com os três meses anteriores. Esse recuo, no segundo trimestre deste ano, aconteceu após uma expansão de 0,20% nos três primeiros meses de 2018 (número revisado) e uma alta de 0,76% no último trimestre de 2017.

Contribuiu para o resultado negativo, a greve dos caminhoneiros, movimento que ocorreu no fim de maio. Em 12 de junho, o Ministério da Fazenda estimou ter tido um efeito negativo de R\$ 15,9 bilhões na economia em razão da queda na produção industrial, nas atividades de comércio e serviços (principalmente no transporte rodoviário) e na arrecadação tributária.

IPCA

Em 8 de agosto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, subiu 0,33% em julho, bem abaixo da taxa de junho, de 1,26%, mas acima da variação de julho de 2017 (+ 0,24%). O acumulado no ano ficou em 2,94%, acima do 1,43% registrado em igual período do ano passado, e o acumulado nos últimos 12 meses ficou em 4,48%, acima dos 4,39% dos 12 meses imediatamente anteriores.

Apesar do recuo da taxa de julho de 2018 em relação ao do mês anterior, a alta foi fortemente impactada pela variação dos preços administrados (aqueles estabelecidos por contratos ou por órgãos públicos), como a energia elétrica, que subiu em média 15,84% na região atendida pela Eletropaulo, 10,29 % em Curitiba e 7,92% no Distrito Federal.

Quanto ao comportamento do índice por região, a variação registrada do IPCA em Brasília foi de 0,58%, inferior ao apurado no mês anterior (1,20%) mas superior à variação de julho de 2017 (0,28%), sendo as variações acumuladas no ano e em 12 meses de 2,41% e 4,68%, respectivamente. Nos últimos 12 meses, os grupos que registraram as maiores altas foram Transportes (10,82%), Habitação (5,80%) e Vestuário (4,80%).

TAXA SELIC

Na reunião encerrada em 1º de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa Selic no patamar de 6,5% ao ano, patamar que deve ser mantido até o final de 2018. Para 2019, as projeções das intuições financeiras divulgadas no Boletim Focus de 10 de agosto indicam aumento da Selic, encerrando o período em 8% ao ano pela 30ª semana consecutiva.

TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desocupação (12,4%) no trimestre de abril a junho de 2018 caiu 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre de janeiro a março de 2018 (13,1%) e 0,6 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (13,0%).

A população desocupada (13,0 milhões) recuou 5,3%, ou seja, menos 723 mil pessoas em relação ao trimestre anterior (13,7 milhões), caindo também 3,9% (ou menos 520 mil pessoas) no confronto com igual trimestre do ano anterior, quando havia 13,5 milhões de desocupados.

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do

Distrito Federal, CODEPLAN, DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE, mostraram que a taxa de desemprego total diminuiu de 19,5% da População Economicamente Ativa (PEA) em maio para 19,2% em junho. Em junho de 2017, a referida taxa era de 19,9%.

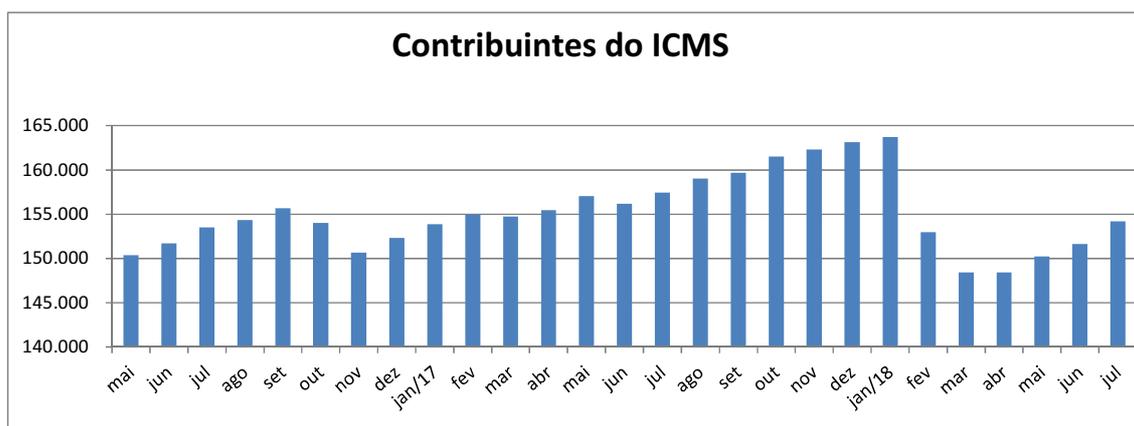
No mês de junho, o contingente de desempregados foi estimado em 316 mil pessoas, 11 mil pessoas a menos que no mês anterior. O contingente de ocupados foi estimado em 1.331 mil pessoas, 5 mil a mais em relação ao mês anterior, tendo sido observados acréscimos no Comércio (6 mil), nos Serviços (6 mil) e na Indústria de Transformação (1 mil) e redução na Construção (-4 mil) e na Administração Pública (-4 mil).

ARRECADAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de julho de 2018 ingressos de R\$ 693,1 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior, apuraram-se acréscimos nominal de 9,9% e real de 6,1%.

Quanto ao resultado acumulado, a arrecadação do ICMS no período de janeiro a julho de 2018 correspondeu a R\$ 4.531,7 milhões. Na comparação com o mesmo período de 2017, houve acréscimo nominal de 5,1% e aumento real de 2,8%. Ambas as comparações, mensal e acumulada, adotaram como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Em julho de 2018, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 154.192 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de inscrições no ICMS a partir de abril de 2018, conforme ilustração abaixo.



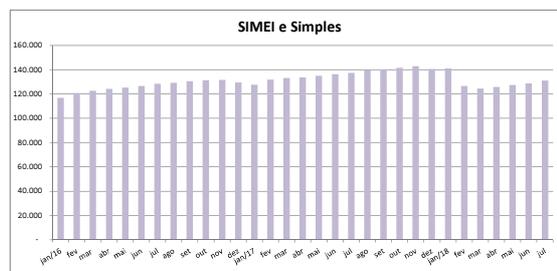
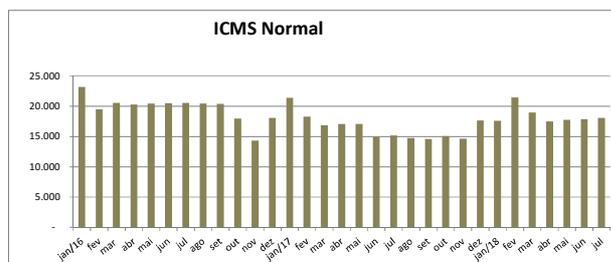
Do total de inscritos, 85,0% está enquadrado nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.816 e 85.259 contribuintes, respectivamente.

Em relação à localidade dos contribuintes, as agências de atendimento da receita de Taguatinga e de Brasília permanecem como aquelas que possuem o maior número de contribuintes do ICMS a elas vinculados, agregando em conjunto 44,2% do total de contribuintes desse imposto.

NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	4	10	6	3					28
2) Regime Normal de Apuração	674	4.129	1.634	1.880	1.537	590	2.598	743	4.124	188	18.097
3) PRO-DF Logístico				3							3
4) Regime Especial de Refeições	5	215	6	108	6	3	55	1	59	1	459
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		2	2	10		1	5	1	5		26
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.998	15.343	12.088		12.261	5.077	7.818	5.331	20.604	1.739	85.259
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.180	11.331	4.670	64	4.582	1.950	5.826	2.257	12.296	660	45.816
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				1.020							1.020
10) Telecomunicações-Centralizada				66							66
11) Telecomunicações - Centralizadora				7							7
12) Outra UF (E-Commerce)	7	14	9	3.338	5	1	2		5		3.381
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2		1	2		1		6
TOTAL	7.865	31.036	18.413	6.532	18.397	7.626	16.306	8.334	37.094	2.589	154.192
PARTICIPAÇÃO	5,10%	20,13%	11,94%	4,24%	11,93%	4,95%	10,58%	5,40%	24,06%	1,68%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	1,88%	1,61%	1,81%	0,32%	1,84%	1,94%	1,73%	1,86%	1,77%	1,57%	1,70%

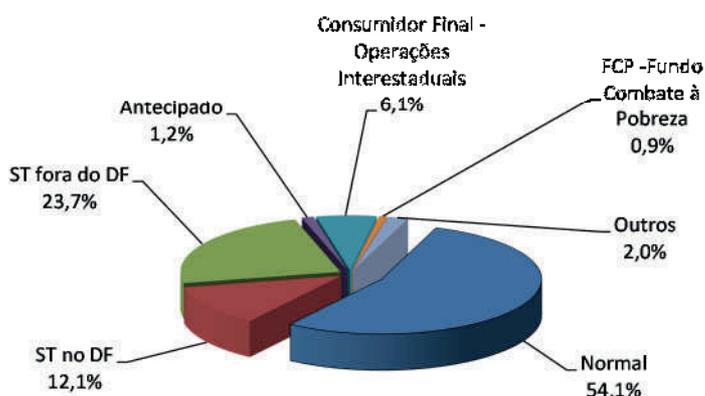
No mês de julho de 2018, houve acréscimos no número de contribuintes em praticamente todos os regimes de tributação, com destaque para os acréscimos observados no SIMEI e no Regime Normal, resultando em aumento de 2.577 contribuintes no número total de contribuintes do ICMS.

As figuras abaixo ilustram a evolução do número de contribuintes no ICMS Normal e SIMEI e Simples a partir de janeiro de 2016.



Quanto à composição do ICMS por situação de recolhimento em julho de 2018, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 54,1%, seguido da Substituição Tributária fora e dentro do DF, com 23,7% e 12,1% respectivamente, perfazendo no conjunto 89,9% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento julho de 2018



A tabela abaixo apresenta a arrecadação real do ICMS para o mês de julho de 2018, bem como para o acumulado do ano, por modalidade de recolhimento.

Delineando o acréscimo real de R\$ 39,6 milhões na receita total do ICMS em julho de 2018 na comparação com o correspondente mês de 2017 pelos principais itens de receita do tributo, verifica-se que esse resultado se

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (jul/18)
	jul/18	jan-jul/2018	jul/17	jan-jul/2017	jul/18	jan-jul/2018	
					jul/17	jan-jul/2017	
Normal	374.653	2.616.709	371.591	2.613.678	0,8%	0,1%	54,1%
ST no DF	83.548	564.643	94.669	625.029	-11,7%	-9,7%	12,1%
ST fora do DF	164.511	1.014.318	144.835	961.941	13,6%	5,4%	23,7%
Antecipado	8.302	51.033	5.326	50.362	55,9%	1,3%	1,2%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	42.149	226.769	22.949	129.831	83,7%	74,7%	6,1%
FCP ²	5.913	35.292	5.105	35.522	15,8%	-0,6%	0,9%
Outros ³	13.999	96.184	8.965	63.052	56,2%	52,5%	2,0%
Total da Arrecadação	693.076	4.604.946	653.442	4.479.416	6,1%	2,8%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

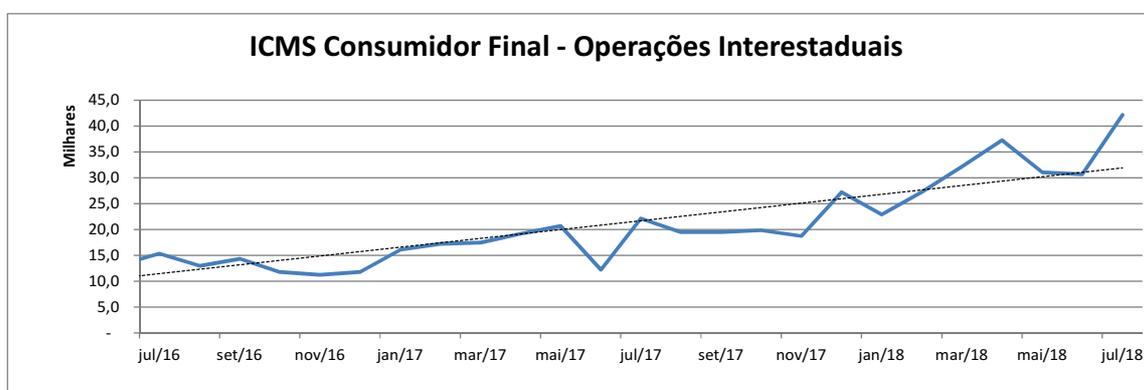
Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

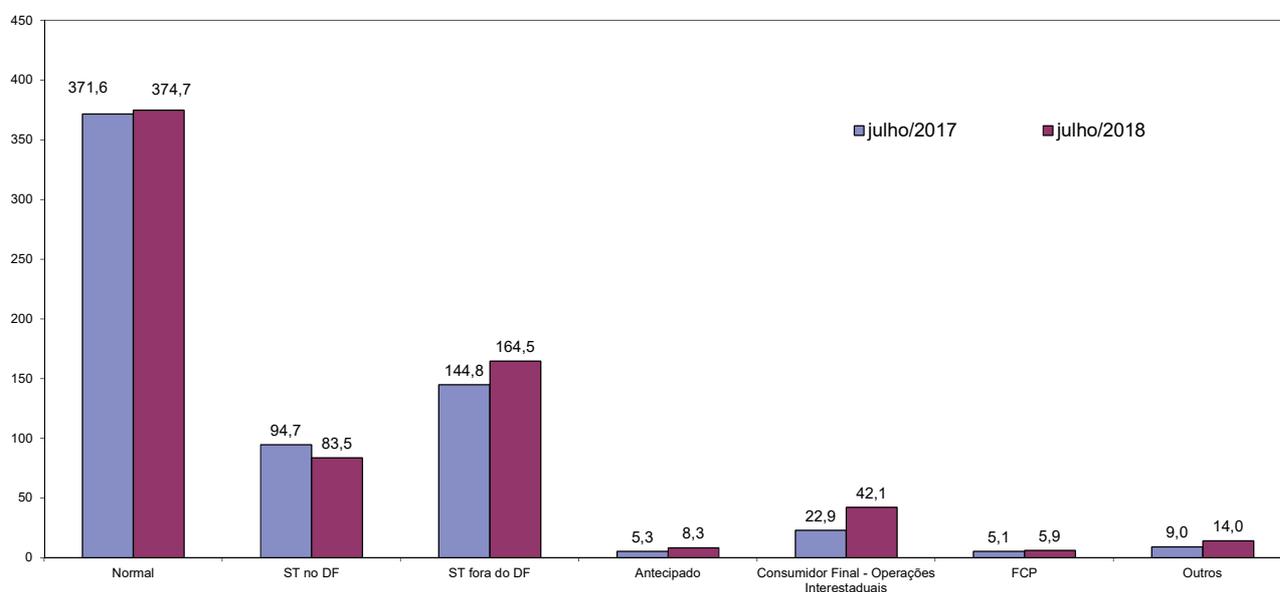
deveu principalmente aos aumentos observados nas modalidades de recolhimento Substituição Tributária fora e dentro do DF (+R\$ 19,7 milhões) e Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 19,2 milhões), que suplantaram a queda observada na Substituição Tributária no DF (-R\$ 11,1 milhões).

O gráfico seguinte apresenta o desempenho do ICMS referente à modalidade Consumidor Final – Operações Interestaduais, que advém em grande parte do comércio eletrônico. Após dois meses consecutivos de quedas, registrou-se aumento da arrecadação no mês de julho, permanecendo inalterada a sua tendência de crescimento.



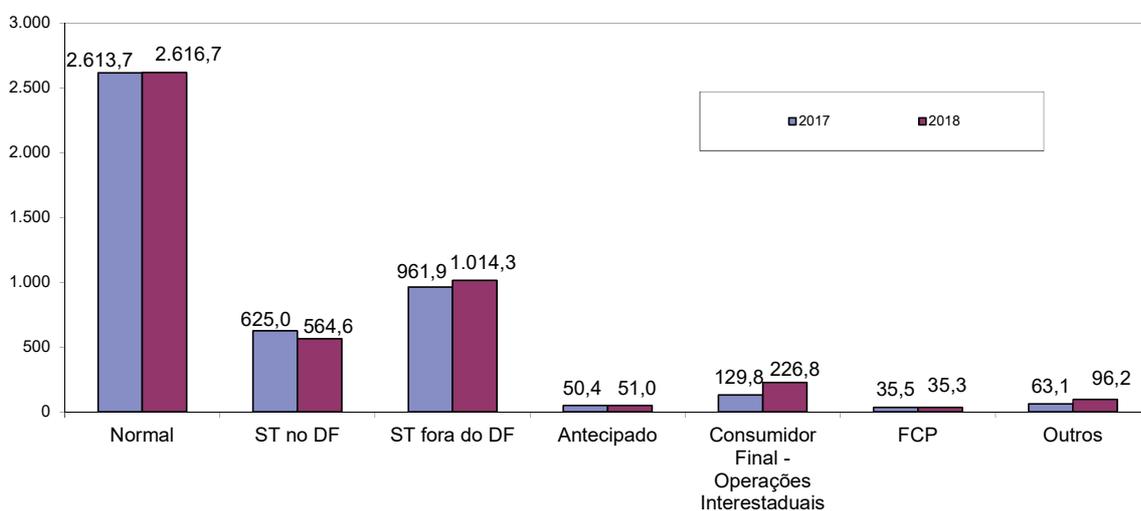
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de julho de 2018 com igual mês de 2017.

ICMS por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões de julho de 2018 (INPC/IBGE)



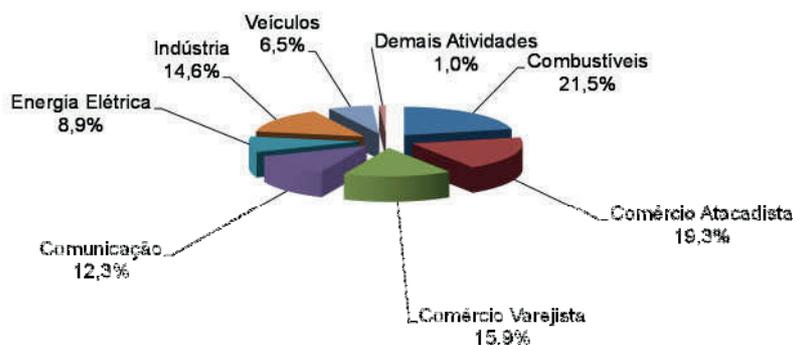
Quanto à análise acumulada referente ao período de janeiro a julho de 2018, registrou-se aumento real do ICMS de R\$ 125,5 milhões, na comparação com correspondente período de 2017. Os destaques positivos ficaram por conta dos aumentos observados nas modalidades de Consumidor Final - Operações Interestaduais (+R\$ 96,9 milhões) e Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 52,4 milhões). Por outro lado, o destaque negativo ficou com o desempenho da Substituição Tributária no DF (-R\$ 60,4 milhões). A figura seguinte ilustra a referida comparação acumulada.

**ICMS acumulado por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões até julho de 2018 (INPC/IBGE)**



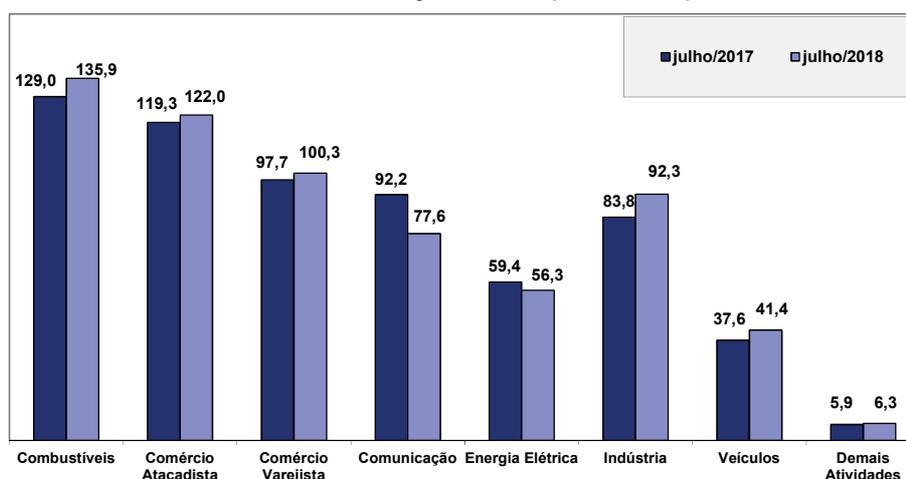
No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em julho de 2018, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com participação de 21,5%, seguido pelo Comércio Atacadista, Comércio Varejista e Comunicação, com 19,3%, 15,9% e 12,3%, de participação, respectivamente.

ICMS por Atividade Econômica julho de 2018



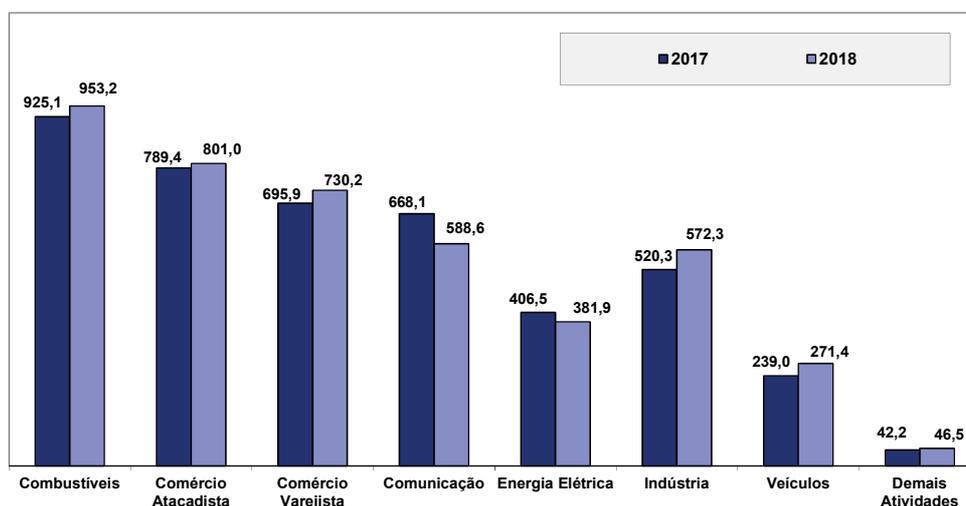
Na avaliação do desempenho real positivo da receita de julho de 2018 frente a correspondente mês de 2017, tiveram destaque os aumentos observados nos segmentos da Indústria (+R\$ 8,6 milhões), de Combustíveis (+R\$ 6,9 milhões) e Veículos (+R\$ 3,8 milhões) que suplantaram as perdas observadas nos segmentos de Comunicação (-R\$ 14,6 milhões) e Energia Elétrica (-R\$ 3,1 milhões).

ICMS por Atividade Econômica Em R\$ milhões de julho/2018 (INPC/IBGE)



Quanto ao desempenho acumulado no período de janeiro a julho de 2018 em relação a igual período de 2017, os desempenhos positivos ocorreram nos segmentos da Indústria (+R\$ 52,0 milhões), Comércio Varejista (+R\$ 34,4 milhões), Veículos (+R\$ 32,5 milhões), Combustíveis (+R\$ 28,1 milhões), Comércio Atacadista (+R\$ 11,6 milhões) e Demais Atividades (+R\$ 4,3 milhões). Por outro lado, ocorreram perdas reais em Comunicação (-R\$ 79,5 milhões) e Energia Elétrica (-R\$ 24,6 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

**ICMS por Atividade Econômica
2018 contra 2017 (acumulado até julho)
Em R\$ milhões de julho/2018 (INPC/IBGE)**



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando-as em valores reais para os meses de julho de 2018 e de 2017, bem como em relação ao acumulado para o período de janeiro a julho de 2018 em relação a igual período de 2017 e a composição da arrecadação em julho de 2018.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (jul/2018)
	jul/18	jan-jul/2018	jul/17	jan-jul/2017	jul/17	jan-jul/2017	
	Combustíveis	135.886	953.179	128.972	925.080	5,4%	
Comércio Atacadista	122.022	801.022	119.267	789.402	2,3%	1,5%	19,3%
Comércio Varejista	100.275	730.235	97.734	695.853	2,6%	4,9%	15,9%
Comunicação	77.576	588.636	92.181	668.126	-15,8%	-11,9%	12,3%
Energia Elétrica	56.270	381.866	59.417	406.487	-5,3%	-6,1%	8,9%
Indústria	92.314	572.335	83.757	520.318	10,2%	10,0%	14,6%
Veículos	41.365	271.450	37.559	238.988	10,1%	13,6%	6,5%
Demais Atividades	6.284	46.453	5.936	42.187	5,9%	10,1%	1,0%
TOTAL	631.992	4.345.177	624.823	4.286.441	1,1%	1,4%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

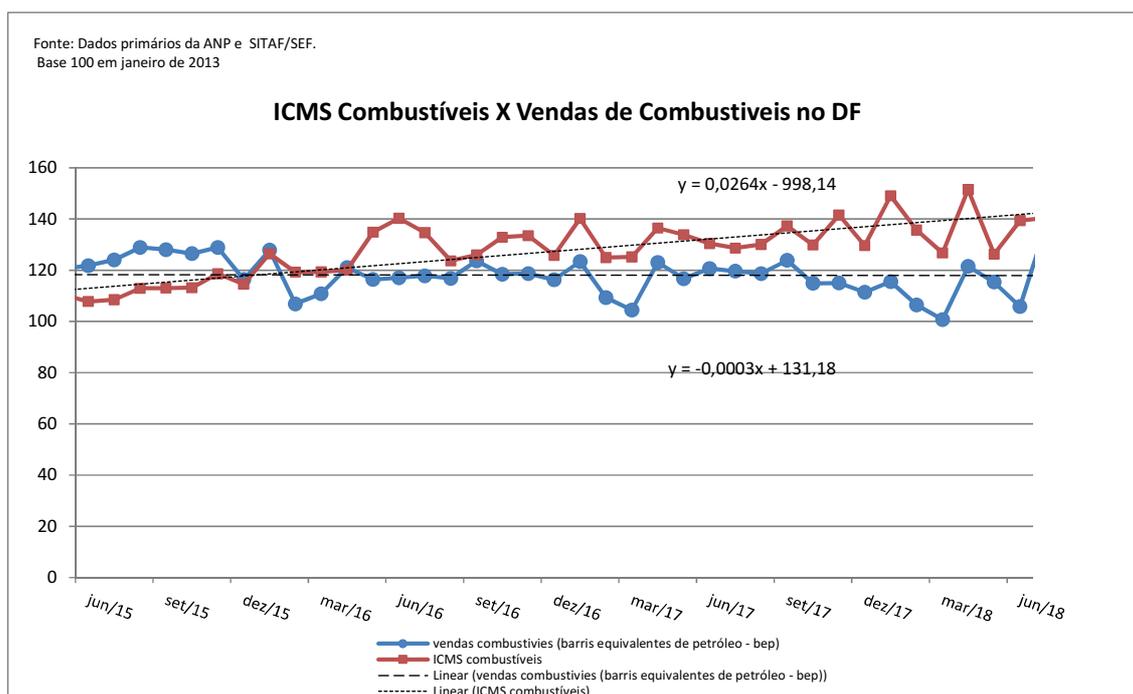
3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de julho de 2018, em relação ao mês precedente, observam-se acréscimos na venda de combustíveis e aumento na arrecadação do ICMS. Ressalte-se que a curva do ICMS combustíveis apresenta tendência de crescimento, enquanto que a de vendas de combustíveis apresenta uma relativa estabilidade.

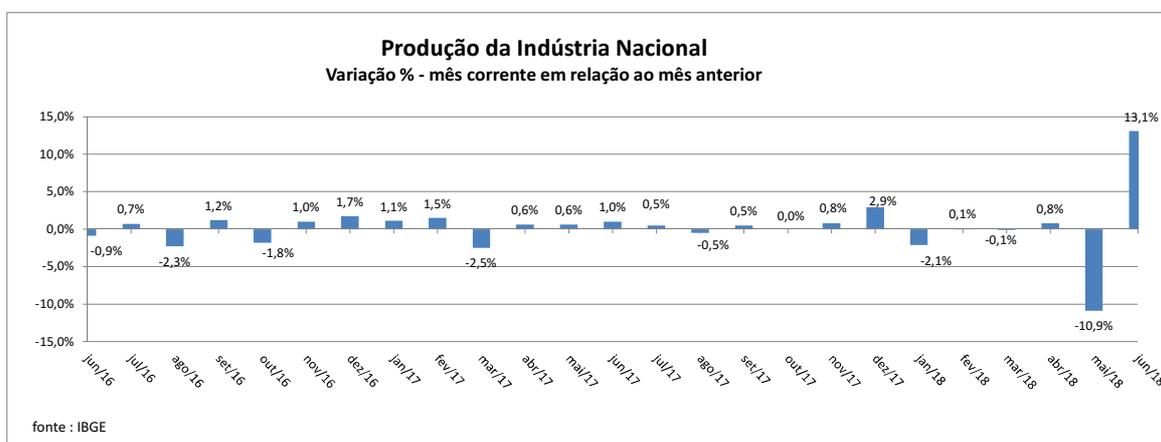


Analisando a arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela anterior, houve acréscimo real de 5,4% na arrecadação do mês de julho de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a julho de 2018 em relação a igual período de 2017, houve aumento real de 3,0%.

INDÚSTRIA

Os dados referentes a junho da publicação Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostraram aumento da atividade. A utilização da capacidade instalada voltou ao patamar do mês de abril, antes da paralisação dos caminhoneiros, e os estoques acumulados em excesso foram significativamente reduzidos, aproximando-se ao desejado pelas empresas. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ficou em 66% em junho (três pontos percentuais acima do registrado em maio), retomando o percentual observado em março e abril.

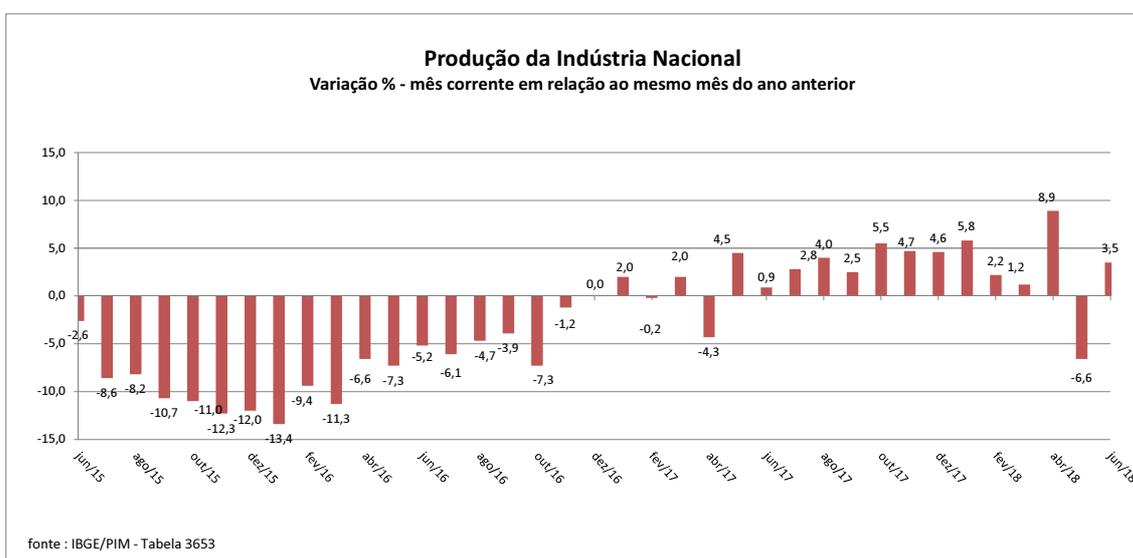
Em 2 de agosto, o IBGE divulgou que em junho de 2018 a produção industrial nacional mostrou expansão de 13,1% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, eliminando, assim, a queda de 11,0% registrada em maio, que refletiu os efeitos da paralisação dos caminhoneiros, afetando o processo de produção de várias unidades produtivas no país. Vale destacar que o avanço desse mês foi o mais elevado desde o início da série histórica.



No confronto com igual mês do ano anterior (sem ajuste sazonal), o total da indústria apontou crescimento de 3,5% em junho de 2018, após recuar 6,6% em maio, quando interrompeu doze meses consecutivos de taxas positivas.

Apresentaram resultados positivos as quatro grandes categorias econômicas, 15 dos 26 ramos, 45 dos 79 grupos e 50,4% dos 805 produtos

pesquisados. Entre as atividades, as influências positivas mais relevantes foram registradas por veículos automotores, reboques e carrocerias (47,1%) e produtos alimentícios (19,4%), impulsionadas, em grande medida, pelo aumento do ritmo de produção após as interrupções ocorridas em várias unidades produtivas no mês de maio por conta da paralisação dos caminhoneiros, quando registraram-se perdas de, respectivamente, 30,1% e de 17,2%. Outras contribuições positivas relevantes sobre o total da indústria vieram das atividades de bebidas (33,6%), móveis (28,5%), produtos de minerais não-metálicos (20,8%), celulose, papel e produtos de papel (17,9%) e produtos de borracha e de material plástico (12,5%).



Os índices do setor industrial também foram positivos tanto para o fechamento do segundo trimestre de 2018 (1,7%) como para o acumulado dos seis primeiros meses do ano (2,3%), ambas as comparações contra iguais períodos de 2017. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao passar de 3,0% em maio para 3,2% em junho de 2018, assinalou ligeiro ganho na intensidade do crescimento, após interromper no mês anterior a trajetória ascendente iniciada em junho de 2016 (-9,7%).

Quanto à arrecadação do ICMS da Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2018 acompanhou o resultado positivo da produção industrial nacional, com aumento de 10,2% na comparação real com o mesmo mês de 2017. Quanto ao resultado acumulado para o período de

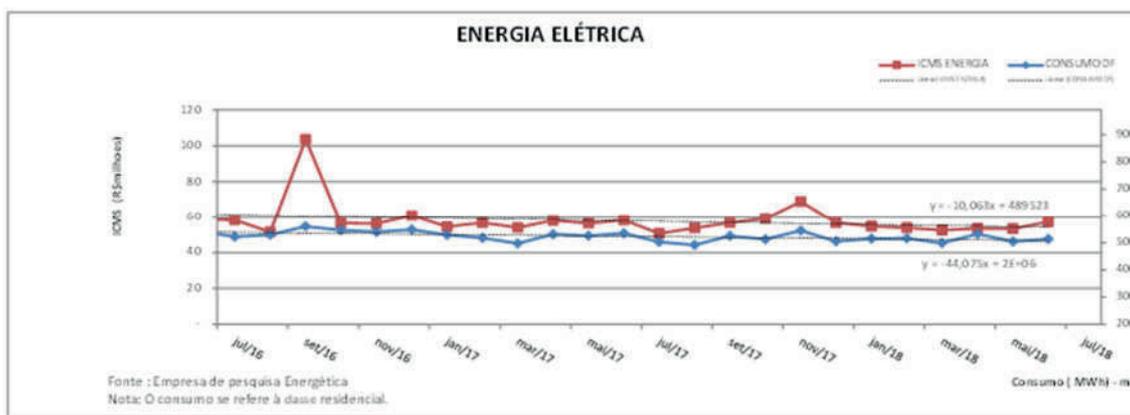
janeiro a julho de 2018 em relação a igual período de 2017, apresentou acréscimo de 10,0%.

ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 37.791 GWh em junho, volume 0,4% inferior ao do mesmo mês de 2017. Com exceção da Região Sul, na qual se observou crescimento de 8,0%, todas as demais regiões apresentaram redução no consumo na classe comercial, sendo a maior no Centro Oeste (-5,5%), com a maior contração verificada no Distrito Federal (-8,7%).

Conforme informação enviada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Energéticos da Empresa de Pesquisa Energética, o consumo de eletricidade em junho no Distrito Federal totalizou 512.876 MWh, sendo 463.717 MWh (90,42%) fornecidos no mercado cativo (rede da distribuidora), dois pontos percentuais abaixo do verificado em junho do ano passado (92,41%).

O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo de energia elétrica e de arrecadação do ICMS do setor, a partir de julho de 2016.



No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, na comparação de julho de 2018 com igual mês de 2017, contabilizou-se queda real de 5,3%. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a julho de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se decréscimo real de 6,1%.

VEÍCULOS

No mês de junho, conforme a Fenabrave, foram vendidos 201.987 automóveis, comerciais leves (picapes e furgões), caminhões e ônibus, representando alta de 3,7% em relação a junho de 2017, quando 194.796 unidades foram comercializadas. Na comparação com maio, quando 201.870 unidades foram vendidas, ficou praticamente estável (+0,06%).

Apesar da alta de 14,5% no 1º semestre de 2018 frente ao mesmo período de 2017, a Fenabrave anunciou que as estimativas para este ano foram revisadas em razão da greve dos caminhoneiros e da queda no índice de confiança dos consumidores: automóveis, de +13,2% para +9,9%; comerciais leves, de +11,6% para +8,7%; caminhões, de +10,3% para +24,8%; ônibus, de +4,7% para -4,1%; e motocicletas, de +6,1% para +7,7%.

No Distrito Federal, levantamento mensal realizado pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) aponta que em junho foram vendidas 5.556 unidades, queda de 13,0% ante as 6.386 vendidas no mês anterior e de 3,61% em relação às 5.764 unidades vendidas em junho de 2017

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2018 foi de acréscimo real de 10,1% na comparação com o mesmo mês em 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a julho de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se aumento real de 13,6%.

VENDAS NO VAREJO

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio divulgada pelo IBGE em 10 de agosto, feita com uma amostra de 6.157 empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas, o volume de vendas do comércio varejista nacional caiu 0,3% frente a maio, na série livre de influências sazonais, com resultados negativos para 12 das 27 Unidades da Federação. Esse resultado foi o segundo resultado negativo consecutivo, acumulando perda de 1,5% nesse período.

Frente a junho de 2017 (sem ajuste sazonal), o comércio varejista cresceu 1,5%, com 23 das 27 Unidades da Federação mostrando aumento de vendas, sendo essa a 15ª taxa positiva seguida, embora menor que a de maio (2,7%). No comércio varejista ampliado, a variação entre maio e junho foi de 2,5%, com 18 das 27 Unidades da Federação mostrando avanço nas vendas nessa mesma comparação. O Distrito Federal, entretanto, foi o que apresentou a maior variação negativa (-5,9%), assim como no comércio varejista ampliado (-10,8%).

No fechamento do primeiro semestre de 2018, frente a igual período de 2017, 21 das 27 Unidades da Federação mostraram avanço no volume de vendas do comércio varejista (2,9%), enquanto no comércio varejista ampliado houve aumento em 25 Unidades da Federação (crescimento médio de 5,8%). Nessa comparação, entretanto, o Distrito Federal mostrou a segunda maior queda no varejo restrito (-2,4%) e a maior no varejo ampliado (-3,0%).

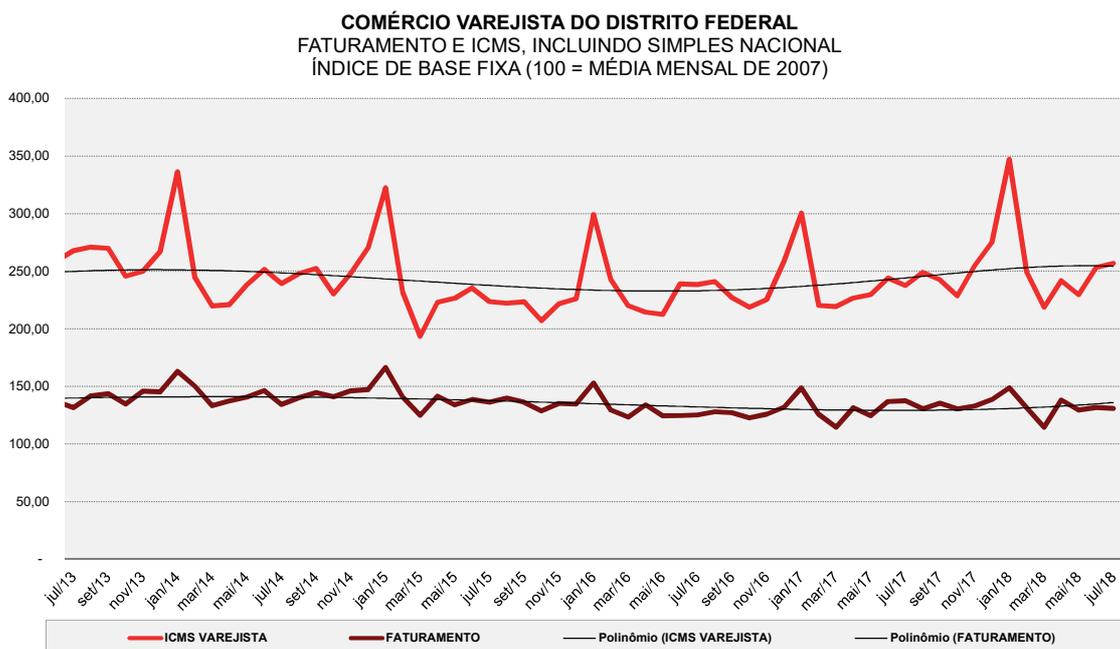
Na publicação do IBGE as atividades que tiveram as variações mais expressivas registradas no DF no volume de vendas frente a junho de 2017 foram, do lado positivo, equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+90,0%), enquanto veículos, motocicletas, partes e peças (-23,4%), livros, jornais, revistas e papelaria (-21,4%), tecidos, vestuário e calçados (-14,8%) e combustíveis e lubrificantes (-14,4%) figuraram do lado negativo.

Além das paralisações dos caminhoneiros ocorridas no terceiro bimestre, outros fatores também podem ser apontados como inibidores do consumo no segundo semestre deste ano, como o ritmo fraco do mercado de trabalho, a desvalorização do real, as pressões de custos impostas pelo ritmo mais acelerado de preços administrados e, principalmente, a elevada incerteza decorrente da indefinição do cenário político. Por conta desse panorama, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revisou a sua previsão de crescimento do varejo em 2018 de 4,8% para 4,5%.

Quanto à arrecadação do ICMS do Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2018 foi de acréscimo real de 2,6% na comparação com o mesmo mês em 2017. Quanto ao desempenho acumulado

para o período de janeiro a julho de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se aumento real de 4,9%.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS varejista no Distrito Federal apresentou aumento em julho de 2018, em relação ao mês anterior, reforçando a tendência de retomada do crescimento. Em relação ao faturamento, a tendência é de suave declínio.



ICMS BRASIL

A arrecadação acumulada do 1º semestre do ICMS, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, em nível nacional apresentou aumento real de 4,0% em 2018 frente a 2017. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou acréscimo de 2,3%, ocupando a 21ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas, conforme tabela seguinte. Em termos regionais, o DF ocupou a 3ª posição, ficando a frente do Estado de Goiás.

ICMS BRASIL ATÉ JUNHO - VALORES EM R\$ MILHÕES (INPC/IBGE)

UF	ESTADO	2017	2018	Variação (em %)
1 AM	Amazonas	3.984,47	4.627,33	16,13%
2 TO	Tocantins	1.240,86	1.373,55	10,69%
3 PI	Piauí	1.868,38	2.049,11	9,67%
4 MS	Mato Grosso do Sul	4.280,88	4.669,03	9,07%
5 AL	Alagoas	1.828,79	1.975,61	8,03%
6 ES	Espírito Santo	4.655,97	4.994,02	7,26%
7 AP	Amapá	380,12	407,31	7,15%
8 PE	Pernambuco	7.209,64	7.724,17	7,14%
9 AC	Acre	565,19	605,05	7,05%
10 RN	Rio Grande do Norte	2.625,55	2.776,42	5,75%
11 MG	Minas Gerais	22.384,74	23.623,90	5,54%
12 RO	Rondônia	1.635,28	1.724,76	5,47%
13 SP	São Paulo	65.948,78	69.339,03	5,14%
14 SC	Santa Catarina	9.867,81	10.346,19	4,85%
15 MT	Mato Grosso	5.278,33	5.529,20	4,75%
16 MA	Maranhão	3.069,11	3.213,54	4,71%
17 RJ	Rio de Janeiro	16.738,34	17.458,31	4,30%
18 BA	Bahia	10.449,74	10.856,02	3,89%
19 RR	Roraima	402,42	416,52	3,50%
20 CE	Ceará	5.534,95	5.697,09	2,93%
21 DF	Distrito Federal	3.992,84	4.084,49	2,30%
22 GO	Goiás	7.443,41	7.604,28	2,16%
23 PA	Pará	5.098,73	5.185,86	1,71%
24 SE	Sergipe	1.645,26	1.654,13	0,54%
25 PB	Paraíba	2.635,03	2.646,08	0,42%
26 RS	Rio Grande do Sul	16.472,47	16.314,09	-0,96%
27 PR	Paraná	15.715,36	14.867,62	-5,39%
BRASIL		222.952,5	231.762,7	3,95%

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelos Estados de AM, PA, AL, SC e MT foram substituídos por médias aritméticas simples.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional, em julho de 2018, totalizaram R\$ 37,2 milhões, que representa um aumento de 31,1% em relação ao mês precedente. Nesse período, houve acréscimos tanto para o ICMS quanto para o ISS, de 29,9% e 32,5% respectivamente. Quanto ao número de contribuintes, observou-se aumento para o ICMS de 1,8% e para o ISS de 2,2%.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES						
Mês/Ano		ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
		Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
fevereiro	2018	15.580.214,52	126.548	12.704.957,86	128.517	28.285.172,38
março	2018	16.972.670,11	124.484	13.372.178,84	127.184	30.344.848,95
abril	2018	17.015.275,04	125.960	14.094.459,00	129.021	31.109.734,04
maio	2018	16.411.548,75	127.488	14.185.480,52	131.065	30.597.029,27
junho	2018	15.577.990,64	128.715	12.808.717,45	132.703	28.386.708,09
julho	2018	20.239.401,56	131.075	16.974.083,54	135.622	37.213.485,10

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

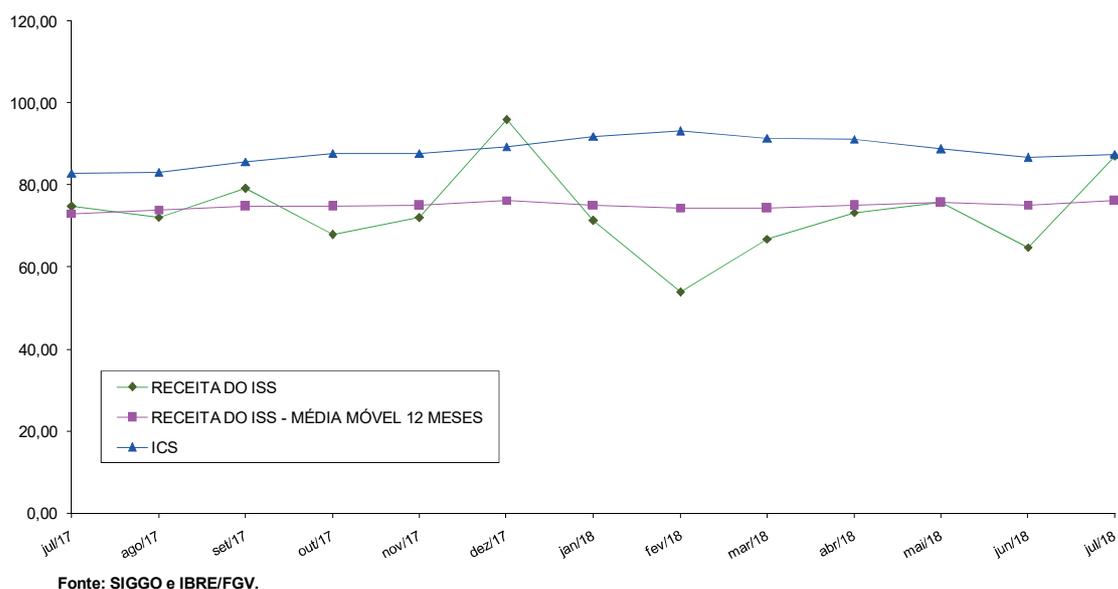
ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de julho de 2018, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 160,2 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 16,3%, correspondente a um aumento real de 12,3%, tendo o INPC/IBGE como índice de correção monetária.

Quanto à receita acumulada no período de janeiro a julho de 2018, a arrecadação foi de R\$ 907,5 milhões em valores correntes. No comparativo com igual período em 2017, apurou-se decréscimo nominal de 0,3% e real de 2,6%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico abaixo traz o comportamento deste indicador, até julho de 2018, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.

COMPARATIVO ÍNDICE DE CONFIANÇA DE SERVIÇOS x RECEITA DO ISS



O Índice de Confiança de Serviços (ICS) subiu 0,8 ponto em julho, após quatro quedas consecutivas, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice atingiu 87,5 pontos, segundo menor nível do ano. Apesar das grandes oscilações da receita do ISS, a média móvel, que representa a tendência, apresenta-se estável ao longo do período ilustrado no gráfico acima.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios divulgados pelo IBRE/FGV referentes ao setorial das sondagens de tendências são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de julho de 2018, o cadastro fiscal do DF registrou 167.375 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

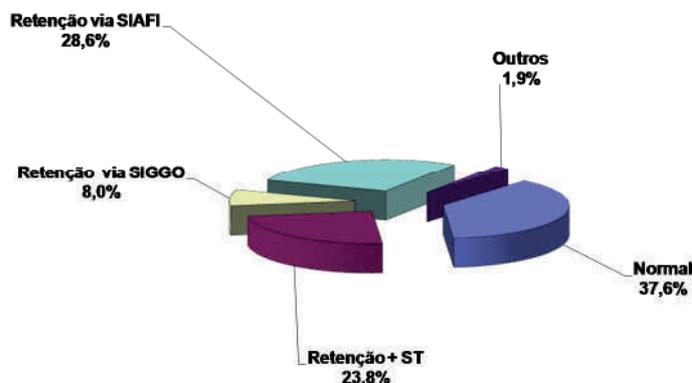
JULHO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	912	12.153	1.500	2.238	1.435	482	4.234	877	5.904	151	29.864
2) Substituto Tributário Interno - ISS		3		39							42
3) Sociedade Unipessoal de Advogados - ISS	1	3									4
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.223	17.619	11.628		12.118	4.378	3.222	5.422	21.041	1.804	87.251
5) SIMPLES NACIONAL	2.184	15.904	3.688	55	3.688	1.348	6.414	2.072	12.584	489	48.371
6) Sociedades Uniprofissionais	2	761	6	8	5	1	53	4	69	1	910
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom (Energia Elétrica - Centralizada)				54							54
9) Telecom (Energia Elétrica - Centralizada)				8							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	752	4		1		2		774
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		7	1	85	1				1	1	96
TOTAL	8.326	46.459	16.820	3.238	17.229	6.187	18.924	8.375	39.601	2.216	167.375

No comparativo com o mês anterior houve um acréscimo de 3.405 inscrições no total de contribuintes do ISS, sendo que foram observados aumentos no SIMEI – Microempreendedor Individual de 2.368 contribuintes, no SIMPLES de 551 contribuintes e no Regime Normal de Apuração de 481 contribuintes.

Em termos de participação por localidade, 27,8% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,7% na circunscrição de Taguatinga e 48,6%, nas demais localidades. Do total de inscrições, 52,1% estão no SIMEI; 28,9%, no Simples Nacional; 17,8%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,1%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em julho de 2018, o ISS Normal respondeu por 37,6%; a Responsabilidade de terceiros efetuado pelo setor privado (Retenção + Substituição Tributária), por 23,8%; a Retenção via SIAFI, por 28,6%; a Retenção via SIGGO, por 8,0%; e Outros, por 1,9%.

ISS por Situação de Recolhimento julho de 2018



A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS, por modalidade de recolhimento, nos meses de julho de 2017 e 2018 e no acumulado do período de janeiro a julho de ambos os anos.

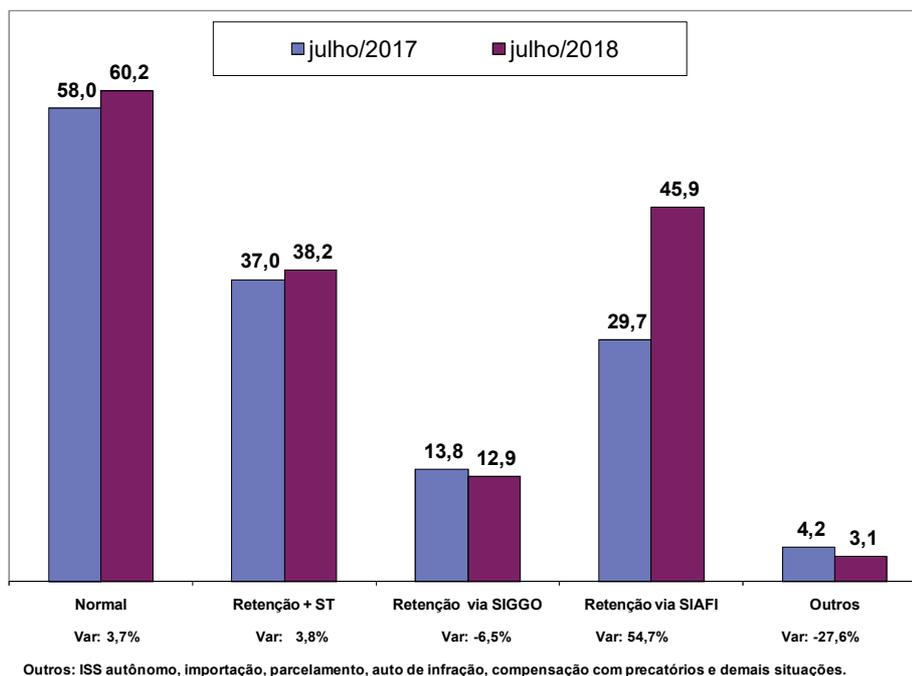
ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (jul/18)
	jul/17		jul/18		jul/18	jan-jul/18	
	jul/17	jan-jul/17	jul/18	jan-jul/18	jul/17	jan-jul/17	
Normal	58.043	402.348	60.193	394.551	3,7%	-1,9%	37,6%
Retenção + ST	37.038	257.596	38.209	260.845	3,2%	1,3%	23,8%
Retenção via SIGGO	13.752	74.163	12.862	82.399	-6,5%	11,1%	8,0%
Retenção via SIAFI	29.650	191.120	45.876	166.983	54,7%	-12,6%	28,6%
Outros	4.243	21.082	3.073	16.930	-27,6%	-19,7%	1,9%
Total da Arrecadação	142.726	946.308	160.214	921.709	12,3%	-2,6%	100,00%

Fonte: SIGGO

1:Apuração com base no INPC/IBGE.

A figura seguinte ilustra a comparação em termos reais da arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em julho de 2018 com o mesmo período de 2017.

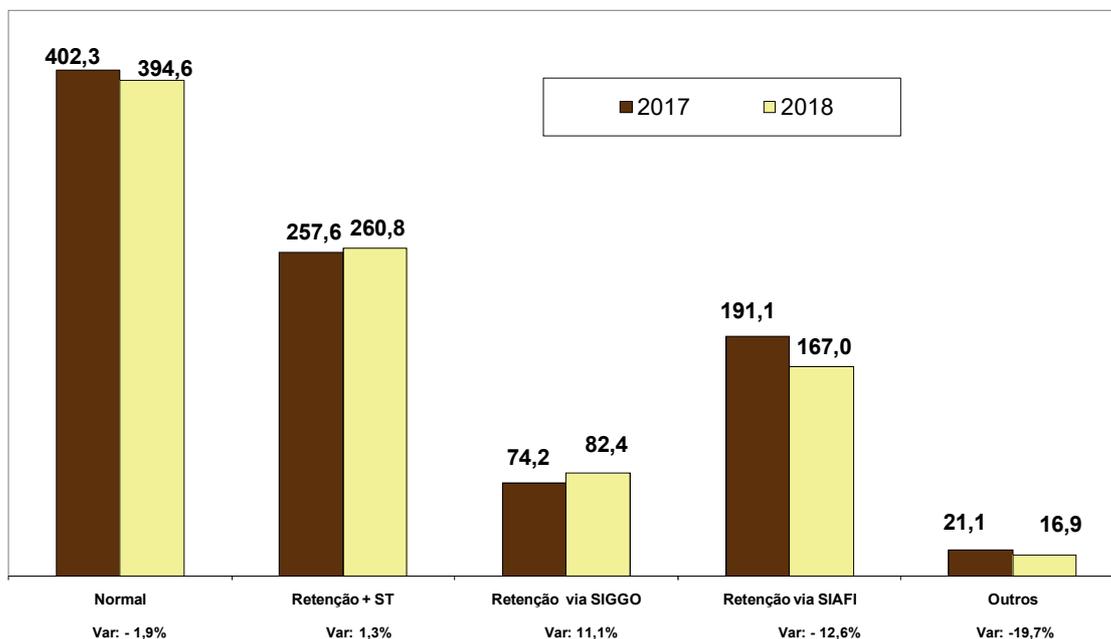
ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de julho/2018 (INPC/IBGE)



Houve acréscimo real de arrecadação do ISS no total de R\$ 17,5 milhões em julho de 2018 em comparação com julho de 2017. Verifica-se que isso ocorreu principalmente devido ao aumento na Retenção por órgãos públicos via SIAFI (+R\$ 16,2 milhões), que conta com um dos decêndios de sua arrecadação do mês anterior, que deixou de ser contabilizado em junho. Além desse acréscimo, foram observados aumentos nas modalidades Normal (+R\$ 2,2 milhões) e Retenção + Substituição Tributária (+R\$ 1,2 milhão). Por outro lado, houve decréscimo na modalidade Retenção via SIGGO (-R\$ 890 mil).

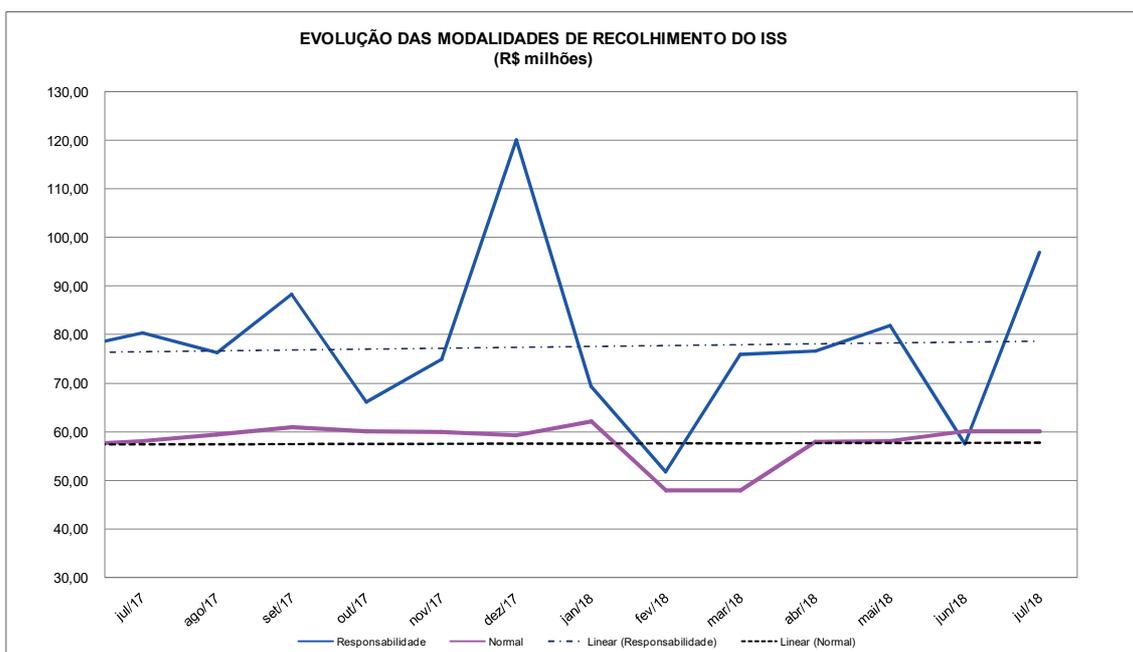
A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a julho de 2018 e de 2017 pelas principais situações de recolhimento. Verifica-se que ocorreu decréscimo real de receita nas modalidades Retenção via SIAFI (-R\$ 24,1 milhões), Normal (-R\$ 7,8 milhões), e Outros (-R\$ 4,2 milhões), devido a modalidade Importação. Entretanto, registrou-se incremento de arrecadação nas modalidades Retenção via SIGGO (+R\$ 8,2 milhões) e Retenção + Substituição Tributária (+R\$ 3,3 milhões).

ISS por situação de recolhimento
2018 contra 2017 (acumulado até julho)
Em R\$ milhões de julho/2018 (INPC/IBGE)

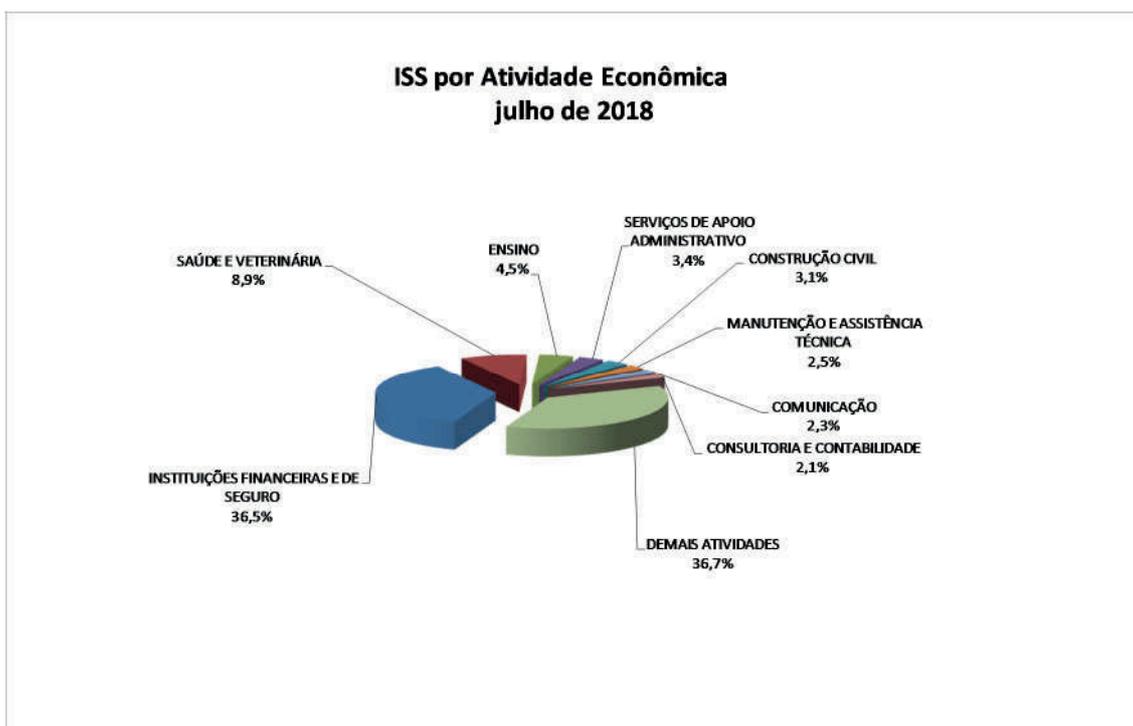


A diminuição na arrecadação do ISS na modalidade Retenção via SIAFI no período janeiro a julho de 2018 comparada com o mesmo período do ano anterior deve-se ao volume de liquidação de despesas empenhadas em 2017 pela União, o que certamente contribuiu para a elevação das retenções via SIAFI em dezembro de 2017 (R\$ 65,3 milhões), montante bem acima do que foi arrecadado nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 (R\$ 22,8 milhões), já apresentando recuperação nos meses de março (R\$ 26,0 milhões), abril (R\$ 27,8 milhões) e maio (R\$ 32,3 milhões) de 2018. No entanto, a modalidade Retenção via SIAFI apresentou queda em junho (R\$ 9,9 milhões), mas recuperou uma parte em julho (R\$ 45,9 milhões) de 2018.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das modalidades de recolhimento do ISS Normal e por Responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO). Observa-se uma oscilação maior na modalidade responsabilidade, devido principalmente a atraso na contabilização da Retenção via SIAFI, mencionado acima. No entanto, as linhas de tendência de ambas as modalidades mostram relativa estabilidade das séries históricas, sendo que a tendência do grupo por Responsabilidade apresenta um suave acréscimo.



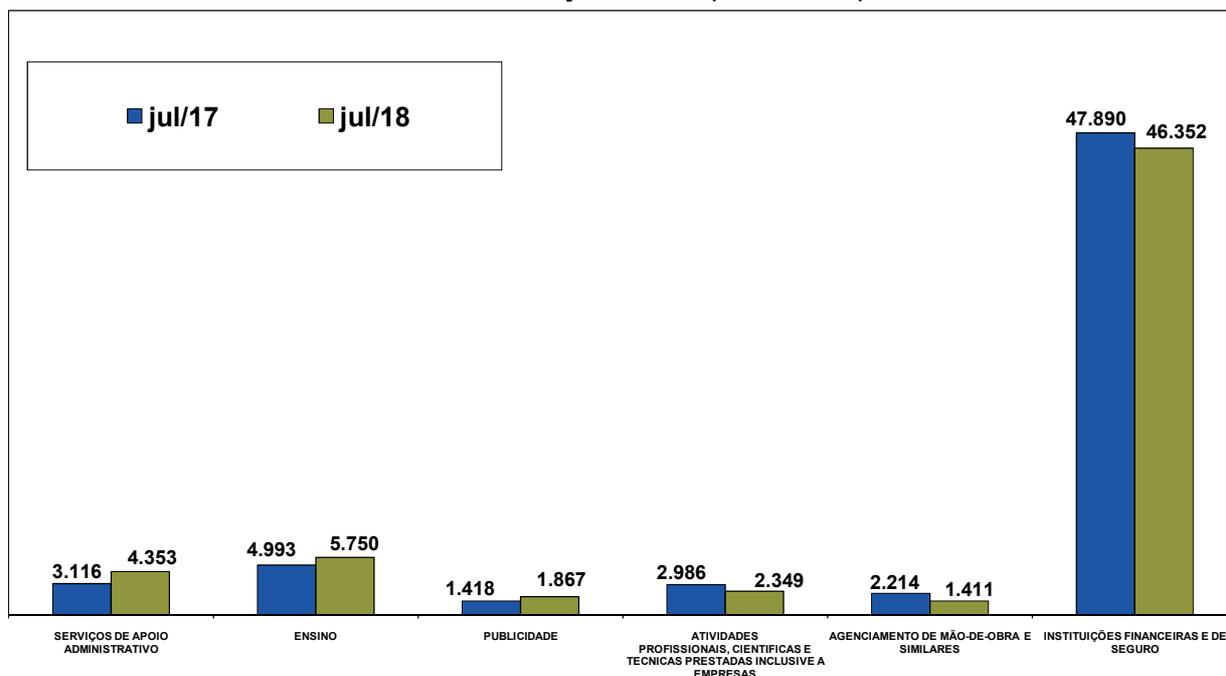
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em julho de 2018, verifica-se, conforme gráfico abaixo, que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (36,5%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (8,9%) e Ensino (4,5%).



Os gráficos seguintes apontam o desempenho da arrecadação do ISS conforme as maiores variações absolutas na comparação mensal e acumulada. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza pelo fato delas não constarem integralmente na base de dados que serve de referência para a análise.

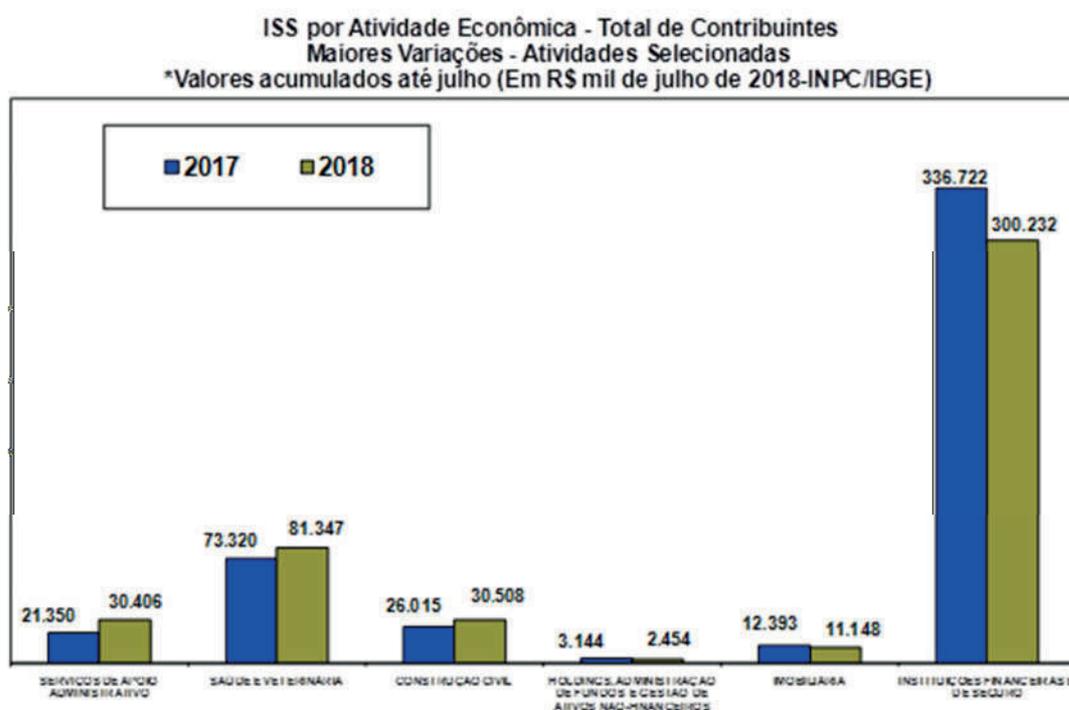
No confronto da arrecadação de julho de 2018 com julho de 2017, os principais acréscimos ocorreram nas atividades econômicas de Serviços de Apoio Administrativo (+R\$ 1,2 milhão), Ensino (+R\$ 757 mil) e Publicidade (+R\$ 450 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 1,5 milhão), de Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares (-R\$ 803 mil) e Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas Prestadas Inclusive a Empresas (-R\$ 637 mil), sendo que o primeiro decréscimo pode estar associado à edição da Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017.

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil julho/2018 (INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação de 2018 frente a 2017 com dados acumulados até julho, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos de Serviços de Apoio Administrativo (+R\$ 9,1 milhões), de Saúde e Veterinária (+R\$ 8,0 milhões), e de Construção Civil (+R\$ 4,5 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 36,5 milhões), de Imobiliária (-R\$ 1,2 milhão) e de Holdings, Administração de Fundos e Gestão de Ativos Não-Financeiros (-R\$ 689 mil), sendo o primeiro decréscimo provavelmente associado à Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017.



(*) Excluída a atividade de informática, segurança e limpeza, serviço financeiro dos contribuintes, além do momento de emissão do documento relativo, não contemplado integralmente no total por órgão público.

SÉRIES HISTÓRICAS

(07 Julho 2018 – Séries Históricas.xls)